



Aline Osorio
Patrícia Perrone Campos Mello
Luna van Brussel Barroso
Coordenadoras

**DIREITOS E
DEMOCRACIA**
**10 anos do Ministro
Luís Roberto Barroso no STF**

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins
PROCESSO CONSTITUCIONAL, DIREITO
ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO DO
TRABALHO, DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL,
DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO,
CIÊNCIA POLÍTICA, POLÍTICA.

Palavras-chave
DIREITO CONSTITUCIONAL – JURISPRUDÊNCIA
CONSTITUCIONAL – JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL – DEMOCRACIA – DIREITOS
FUNDAMENTAIS – IGUALDADE.

A obra é uma coletânea de artigos escritos por ministros, juristas nacionais e estrangeiros, assessores e ex-assessores que acompanharam de perto a atuação do Ministro Luís Roberto Barroso nos seus 10 anos de Supremo Tribunal Federal. O livro apresenta análises críticas e reflexões sobre contribuições e casos de destaque em que o ministro atuou no STF e no TSE, oferecendo uma perspectiva única sobre o impacto de sua atuação sobre o desenvolvimento do direito constitucional contemporâneo. Trata-se de uma valiosa fonte de informações para estudantes, pesquisadores e profissionais do direito interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a jurisprudência constitucional e a atuação do STF na última década.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 3055

D598 Direitos e democracia: 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF / Aline Osorio, Patrícia Perrone Campos Mello, Luna van Brussel Barroso. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
900p. 17x24 cm

ISBN 978-65-5518-555-3

1. Direito constitucional. 2. Jurisprudência constitucional. 3. Jurisdição constitucional.
4. Democracia. 5. Direitos fundamentais. 6. Igualdade. I. Osorio, Aline. II. Mello, Patrícia
Perrone Campos. III. Barroso, Luna van Brussel. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OSORIO, Aline; MELLO, Patrícia Perrone Campos; BARROSO, Luna van Brussel (Coord.). *Direitos e democracia: 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 900p. ISBN 978-65-5518-555-3.

Aline Osorio

Professora de Direito Constitucional e Eleitoral. Assessora da Vice-Presidência do STF. Mestre em Direito (LL.M.) pela Harvard Law School. Mestre em Direito Público pela UERJ.

Patrícia Perrone Campos Mello

Professora de Direito Constitucional do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito e Políticas Públicas do CEUB. Doutora e mestre pela UERJ. Desenvolveu estudos pós-doutorais como Visiting Scholar no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law e na Harvard Kennedy School. Assessora do Ministro Luís Roberto Barroso no STF. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

Luna van Brussel Barroso

Doutoranda em Direito Constitucional na Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito (LL.M.) pela Yale Law School. Mestre em Direito Público pela UERJ.

PREFÁCIO	
Carlos Ayres Brito	27
APRESENTAÇÃO	
10 ANOS DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Uma homenagem.....	29
A revolução dos direitos.....	30
A revolução do republicanismo	30
A revolução da eficiência.....	31
HOMENAGEM DOS SERVIDORES DO GABINETE DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO	
	33
PARTE I	
HOMENAGENS DE MINISTROS DO STF	
PROTEGENDO A LIBERDADE NA LUTA PELA DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Rosa M. Weber	37
1 Introdução.....	37
2 O combate à desinformação comprometedora da integridade do processo eleitoral.....	38
3 O combate à desinformação e a preservação da liberdade de expressão no Supremo Tribunal.....	41
4 Conclusão.....	45
Referências	46
LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DOIS PARADIGMAS DE REGULAÇÃO	
Gilmar Mendes, Victor Oliveira Fernandes	47
1 Proteção negativa da liberdade de expressão e regimes de autorregulação das plataformas.....	49
2 Regulação procedimental das plataformas.....	52
3 Conclusão	54
OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A ADPF N° 709	
José Antonio Dias Toffoli	57
1 Introdução.....	57
2 História e evolução dos direitos dos povos indígenas	58
3 Direitos dos povos indígenas na Constituição da República de 1988.....	62
4 A jurisprudência sobre direitos dos povos indígenas do Supremo Tribunal Federal.....	63
5 A ADPF n° 709 e o direito à saúde dos povos indígenas	66
6 Conclusão.....	70
Referências	71
RACIONALIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DO RE N° 631.240/MG	
Luiz Fux	75
Prólogo	75
Introdução.....	76

1	Acesso à justiça e filtragem de demandas frívolas	77
2	O Recurso Extraordinário nº 631.240/MG	80
	Conclusão.....	83
	Referências	84

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO STF:
EXCERTO DE UMA DÉCADA

Luiz Edson Fachin, Christine Peter da Silva	87	
1	Introito.....	87
2	Da soberania judicial ao controle de convencionalidade.....	88
2.1	Da soberania judicial: entre limites e possibilidades.....	88
2.2	Da transterritorialidade das normas de direitos humanos.....	89
2.3	Do controle de convencionalidade e seus desafios no Brasil	90
2.4	Diálogos constitucionais judiciais multinível.....	92
3	Jurisprudência do STF e os precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos: um excerto desde 2013.....	94
3.1	Devido processo legal e transferência de preso para presídio federal.....	94
3.2	Demarcação e titulação das terras quilombolas	95
3.3	Proibição de dupla persecução penal e <i>ne bis in idem</i>	95
3.4	Liberdade de expressão x crime de desacato.....	95
3.5	Operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro	96
3.6	Superlotação em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes.....	96
4	Palavras de arremate	97
	Referências	97

A LIBERDADE DO CANDIDATO E O RESPEITO AO ESTADO DEMOCRÁTICO
DE DIREITO E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Alexandre de Moraes	99
----------------------------------	----

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS, A DIGNIDADE
HUMANA E A BUSCA PELA FELICIDADE

Kassio Nunes Marques, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera	109	
1	A busca da felicidade ao longo dos séculos.....	109
2	A evolução do conceito de busca da felicidade e a dignidade da pessoa humana.....	111
3	Os fluxos migratórios e a busca da felicidade	114
3.1	União Europeia	114
3.2	Contexto atual da imigração na Espanha.....	116
3.3	A rota do Mediterrâneo ocidental.....	117
3.4	Contexto atual da imigração ucraniana.....	119
3.5	Contexto da imigração no Brasil	120
4	Conclusões	120

SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA LINDB: PRINCÍPIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DE JUSTIÇA

André Luiz de Almeida Mendonça	123	
1	Introdução.....	123
2	O advento da Lei nº 13.655/2018.....	124
3	Os novos parâmetros interpretativos trazidos pela Lei nº 13.655/2018	126
4	Conclusão.....	131
	Referências	131

DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ricardo Lewandowski	133	
	Referências	137

AINDA E SEMPRE A SEGURANÇA JURÍDICA

Marco Aurélio Mello	139
----------------------------------	-----

I	Introdução.....	139
II	Significado e algumas concretizações do princípio da segurança jurídica	140
III	Inconstitucionalidade da ausência de prazo para ação rescisória – Art. 535, §8º, do CPC de 2015.....	147
IV	Conclusão	152

PARTE II
HOMENAGENS DA ACADEMIA
II.1 ACADÊMICOS(AS) INTERNACIONAIS

IN HONOR OF JUSTICE LUÍS ROBERTO BARROSO, ON HIS TENTH YEAR ON THE BRAZILIAN SUPREME COURT

Harold Hongju Koh	157
--------------------------------	-----

THE SPIRIT OF BRAZILIAN LAW – FOR LUIS ROBERTO BARROSO

Paulo Barrozo	161
Preface	161
The Spirit of Brazilian Legal Thought	162
History, Reason and Democracy	170
Spirit and Agency	173

CONSTITUTIONAL UNAMENDABILITY IN BRAZIL AND THE WORLD

Richard Albert, Bruno Santos Cunha, Matheus de Souza Depieri	175
Introduction – Unamendability in Constitutional Design	175
I The Functions of Unamendability	177
A) Identity	177
B) Stability.....	178
C) Emergency	179
II Unamendable Structures and Rights in Brazil	180
A) Unamendable Rules in Brazil Before 1988	180
B) Constitutional Amendments in the Brazilian National Constituent Assembly of 1987-88	183
C) Amendment Rules and Unamendability in the Constitution of 1988.....	186
III Unamendable Rules in Practice	190
A) The Republican Form of Government	191
B) Individual Rights and Guarantees	193
C) Double Constitutional Revision	194
Conclusion – The Future of Unamendability in Brazil	196

JUDICIAL REVIEW FOR DEFECTIVE DEMOCRACIES

Roberto Gargarella	197
Required, possible but unlikely	199
Judicial review in defective deliberative democracies	200
Conclusion and final reflections.....	206
Bibliography	207

JUDGES IN A DEMOCRACY – IN HONOR OF JUSTICE LUÍS ROBERTO BARROSO – BRAZILIAN SUPREME COURT

Rosalie Silberman Abella	209
---------------------------------------	-----

BARROSO AND RESPONSIVE JUDICIAL REVIEW

Daniel Bogéa, Rosalind Dixon	213
I Introduction.....	213
II Barroso’s Constitutional Jurisprudence	214
III Responsive Judicial Review and Its Relatives	217
IV Conclusion	222

II.2 ACADÊMICOS(AS) NACIONAIS

HATE SPEECH E POLARIZAÇÃO AFETIVA: QUANDO O ÓDIO SE TORNA ILEGAL?

Ademar Borges	233
Nota introdutória sobre o homenageado e o tema: a liberdade de expressão na obra do Ministro Luís Roberto Barroso.....	233
1 Delimitação do tema: o desafio atual da discriminação baseada em identidades políticas.....	236
2 A polarização afetiva e o fenômeno do partidismo	237
3 Aproximações entre discurso de ódio e partidismo	241
4 Por que o regime jurídico do discurso de ódio não serve para lidar com o partidismo?.....	243
Conclusão.....	249
Referências	250

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO NA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E NA SUA REGULAMENTAÇÃO

Alexandre Santos de Aragão	251
1 Nota prévia: homenagem e gratidão a pessoa decisiva	251
2 Introdução.....	252
3 Breve histórico.....	255
4 Pressupostos de um sistema geral de AIR	256
5 Etapas essenciais da AIR.....	257
6 Institutos afins.....	260
7 A disciplina (ou a insuficiência de disciplina) na Lei de Liberdade Econômica.....	261
8 Conclusões	262
Referências	263

DELIBERAÇÕES LEGISLATIVAS BEM-INFORMADAS E CONSCIENTES E A CONSTITUIÇÃO

Ana Paula de Barcellos	265
Introdução: o que e o como	265
As três manifestações do Ministro Luís Roberto Barroso e seu contexto.....	266
Cultura constitucional de justificação e devido processo legislativo no sistema constitucional brasileiro	269
Deliberação consciente e bem-informada e incentivos	272
Referências	273

A REPARAÇÃO NÃO PECUNIÁRIA DOS DANOS MORAIS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL, DO DIREITO CIVIL E DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Anderson Schreiber	275
1 Uma palavra sobre o homenageado	275
2 A reparação dos danos morais e o dilema suscitado pelo julgamento do Recurso Extraordinário nº 580.252/MS	275
3 A reparação exclusivamente em dinheiro: insuficiências e ineficácias.....	278
4 Reparação não pecuniária dos danos morais	280
5 Aspectos processuais da reparação não pecuniária	282
6 À guisa de conclusão: a vitória de um voto vencido	283
Referências	284

O MIN. BARROSO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DA DOCTRINA À PRÁTICA

André Cyrino, Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz, Alice Voronoff	287
I Registros iniciais e apresentação do estudo.....	287
II A liberdade de expressão na Constituição de 1988	289

III	Aportes teóricos sobre as liberdades de expressão e de imprensa. Perspectivas substantiva e instrumental	290
IV	As liberdades de expressão e de imprensa segundo o Ministro Barroso.....	292
V	Encerramento	298
	Referências	299

CONSULTA NA JUSTIÇA ELEITORAL: DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA À FUNÇÃO JURISDICIONAL

Antonio do Passo Cabral	301	
1	Introdução.....	301
2	A função consultiva da Justiça Eleitoral. Previsão normativa, utilidade e escopo	302
2.1	Posição da doutrina e da jurisprudência tradicionais: natureza não jurisdicional da consulta eleitoral.....	303
2.2	Pressupostos de cabimento da consulta eleitoral.....	303
2.3	Eficácia e estabilidade processual da resposta à consulta eleitoral. A questão da vinculatividade	305
3	As alterações à LINDB no ano de 2018. Previsão genérica para função estatal de consulta. Direito do jurisdicionado e dever judicial de resposta opinativa..	306
4	Mudança de entendimento do TSE a respeito da natureza jurisdicional da consulta eleitoral	307
5	Conclusão e perspectivas para desenvolvimento do tema.....	308
	Referências	309

O DIREITO ADMINISTRATIVO DE PUNIR O TEMPO LEVA

Carlos Ari Sundfeld	311	
	Introdução.....	311
1	A pretensão concreta de sancionar e a segurança jurídica constitucional	314
2	A jurisprudência constitucional sobre prescrição em matéria administrativa fora do Executivo	317
3	A jurisprudência constitucional sobre extinção temporal das pretensões sancionadora e de invalidação no Executivo	319
4	A jurisprudência do STJ sobre extinção temporal das pretensões sancionadora e de invalidação	320
	Conclusão.....	326
	Referências	328

A CONTRIBUIÇÃO DO STF EM PROL DA EVOLUÇÃO DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

Carmen Tiburcio	331	
	Introdução.....	331
1	A imunidade de jurisdição	332
2	Relativização do princípio.....	333
3	Exceções às imunidades tradicionalmente aceitas no direito internacional	336
3.1	Imunidade de jurisdição nas relações trabalhistas	336
3.2	Imunidade de jurisdição em litígios de natureza comercial	338
3.3	Imunidade de jurisdição em atos ilícitos.....	338
4	A imunidade de jurisdição em violações de direitos humanos	341
	Conclusões	344

A DUPLA FEIÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LAICIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO ROBERTO BARROSO PARA A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Cláudia Beeck Moreira de Souza, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gustavo Buss	345	
	Introdução.....	345
	As propostas do Ministro Roberto Barroso sobre a argumentação jurídica	346
	A tensão entre as duas feições do princípio da laicidade	350
	Conclusão.....	353
	Referências	354

AUTORITARISMO, GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

Clèmerson Merlin Clève	357
1 Prolegômenos.....	357
2 Desenho constitucional, reforma e inflação normativa.....	359
3 Democracia e governabilidade	360
4 Democracia e tentação autocrática	360
5 Erosão democrática e Administração Pública	364
6 A tramitação de uma proposta de emenda constitucional como exemplo eloquente.....	365
7 Concluindo	368
Referências	368

LIBERALISMO, DEMOCRACIA E A PROTEÇÃO JUDICIAL DE GRUPOS
OPRIMIDOS: A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL DE LUÍS ROBERTO BARROSO E
O ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO

Daniel Sarmiento	371
1 Introdução.....	371
2 Breves notas sobre a filosofia constitucional de Luís Roberto Barroso.....	372
3 Sociedade civil e jurisdição constitucional: uma nova interpretação do art. 103, IX, da Constituição	378
4 Conclusão.....	383
Referências	384

MUDANÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: IMPACTO
TRANSFORMADOR DO VOTO DO MINISTRO BARROSO NA ADPF Nº 708

Flavia Piovesan	387
1 Introdução.....	387
2 Argumentos centrais do voto do Ministro Barroso	388
2.1 Violação do dever internacional do Estado brasileiro de proteger o meio ambiente e de combater as mudanças climáticas.....	388
2.2 Violação do dever constitucional da União de proteger o meio ambiente e de combater as mudanças climáticas	389
2.3 Vedação ao retrocesso em matéria ambiental e vedação à proteção insuficiente.....	389
3 Impacto transformador	390
Referências	392

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL, INSTRUMENTALIDADE DE FORMAS
LEGISLATIVAS E AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL

Gustavo Binenbojm	393
I Nota prévia	393
II A autonomia do Banco Central: justificativas políticas e objeções constitucionais.....	393
III O voto do Ministro Luís Roberto Barroso: instrumentalidade de formas legislativas e autocontenção judicial	395
III.1 A instrumentalidade de formas legislativas	395
III.2 A autocontenção judicial	396
IV Conclusão.....	397

A LAICIDADE NO STF: UM CONCEITO CONSTITUCIONAL EM DISPUTA

Jane Reis Gonçalves Pereira, Danielle de Carvalho Pacheco de Melo	399
Referências	405

DIREITO, CONSENSO CIENTÍFICO E CONTROLE: APONTAMENTOS SOBRE O
VOTO DO MIN. BARROSO NA ADI Nº 6.421-MC

José Vicente Santos de Mendonça, Felipe Romero	407
1 Introdução.....	407
2 Direito e consenso científico.....	410

3	Incorporando parâmetros científicos ao controle da ação estatal	412
4	Encerramento	416
	Referências	416

O DIREITO ADMINISTRATIVO, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ATUAÇÃO DO MINISTRO ROBERTO BARROSO

Marçal Justen Filho	419
1 Ainda a constitucionalização do direito administrativo.....	419
1.1 Ainda os vínculos entre o direito constitucional e o direito administrativo.....	419
1.2 O enfoque prevalente quanto à “supremacia do interesse público”	420
1.3 A Constituição de 1988 e a supremacia dos direitos fundamentais.....	420
1.4 A revisão do conceito de “interesse público”	421
1.5 A eliminação do conceito de supremacia estatal	421
1.6 A eliminação da “supremacia” do “interesse público”.....	421
1.7 A Constituição de 1988 e a sobrevivência do direito administrativo anterior...	422
1.8 A atuação decisiva do STF.....	422
2 A atuação afirmativa do Poder Judiciário e suas implicações	423
2.1 A questão da separação de poderes.....	424
2.2 A questão da alocação de recursos escassos.....	424
2.3 O enfrentamento amplo das questões pelo Ministro Roberto Barroso.....	424
3 Oito votos do Ministro Roberto Barroso	424
3.1 O RE nº 592.581-RS	424
3.1.1 A causa	424
3.1.2 O recurso extraordinário	425
3.1.3 A repercussão geral (Tema nº 220).....	425
3.1.4 O julgamento do recurso extraordinário.....	425
3.1.5 O voto do Ministro Roberto Barroso.....	425
3.2 O RE nº 566.471-RN	426
3.2.1 A causa	426
3.2.2 O recurso extraordinário	426
3.2.3 A repercussão geral (Tema nº 6)	427
3.2.4 O julgamento do recurso extraordinário.....	427
3.2.5 O voto-vista do Ministro Roberto Barroso	427
3.3 O RE nº 888.815-RS	429
3.3.1 A causa	429
3.3.2 A repercussão geral (Tema nº 822)	429
3.3.3 O julgamento do recurso extraordinário.....	429
3.3.4 O voto do Ministro Barroso.....	429
3.4 A ADI nº 6.241 MC/DF (e outras conexas)	430
3.4.1 A causa	430
3.4.2 O julgamento das ADIs	430
3.4.3 O voto do Ministro Barroso.....	430
3.5 A ADPF nº 709 MC-REF/DEF	431
3.5.1 A causa	431
3.5.2 A ação de descumprimento de preceito fundamental	431
3.5.3 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental	431
3.5.4 O voto do Ministro Barroso.....	432
3.6 A ADI nº 6.586-DF	432
3.6.1 A causa	432
3.6.2 A ação de descumprimento de preceito fundamental	432
3.6.3 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	432
3.6.4 O voto do Ministro Barroso.....	432
3.7 A ADPF nº 622-DF	433
3.7.1 A causa	433
3.7.2 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	433
3.7.3 O voto do Ministro Barroso.....	434
3.8 A ADPF nº 708-DF	434
3.8.1 A causa	434

3.8.2	O julgamento	434
3.8.3	O voto do Ministro Barroso.....	434
3.9	Síntese.....	435
4	A supremacia dos direitos fundamentais	435
4.1	O reconhecimento de um eventual “direito natural”	435
4.2	A preocupação com soluções efetivas e concretas.....	435
4.3	A atividade interpretativa e o contexto concreto da realidade	436
4.3.1	As implicações no tocante à atividade administrativa.....	436
4.3.2	A inviabilidade do controle de validade em abstrato	436
4.3.3	Os limites da interpretação e da discricionariedade	437
4.4	O enquadramento do “interesse público” no contexto dos direitos fundamentais.....	437
4.4.1	A referência ao interesse público objetivo e autônomo.....	437
4.4.2	O controle das ponderações realizadas pela autoridade administrativa	438
4.4.3	Atividade administrativa, direitos fundamentais e Poder Judiciário	438
5	A eficácia dos direitos fundamentais e as competências não jurisdicionais.....	438
5.1	O poder-dever de tutela à Constituição	438
5.2	As novas concepções sobre “legalidade” administrativa	439
5.2.1	A legitimidade administrativa clássica.....	439
5.2.2	A supremacia dos direitos fundamentais e suas implicações sobre a Administração	439
5.2.3	A restrição à margem de autonomia administrativa.....	439
5.3	O regime variável em vista da relevância dos bens jurídicos	439
5.3.1	As decisões administrativas pertinentes a bens jurídicos fundamentais	439
5.3.2	A restrição à autonomia para correr riscos	440
5.3.3	A ausência de autonomia para avaliar os riscos e as soluções.....	440
5.3.4	Ainda a subordinação ao conhecimento técnico-científico prevalente.....	440
5.3.5	A violação ao conhecimento técnico-científico e o “erro grosseiro”	440
5.4	A questão da reserva do possível	441
5.4.1	As determinações constitucionais	441
5.4.2	As escolhas “trágicas”	441
5.5	As soluções “democráticas”	441
5.5.1	A decisão dos representantes eleitos pelo povo.....	441
5.5.2	A função contramajoritária	441
5.5.3	A ausência de necessidade de provocação pelo próprio interessado	442
6	A atuação subsidiária do Estado	442
6.1	A tutela aos grupos vulneráveis.....	442
6.2	As diferentes capacitações dos sujeitos para autossatisfação	442
6.3	A atuação estatal para a defesa dos vulneráveis.....	442
6.4	Ainda o problema da isonomia	443
6.5	A variação da solução em vista das circunstâncias	443
7	A preservação das competências não jurisdicionais e a intervenção judicial....	443
7.1	Ainda a separação de poderes	443
7.2	Ainda a questão da legitimidade democrática.....	443
7.3	Ainda a questão da ausência de expertise	443
7.4	A autocontenção do Poder Judiciário	444
8	A difusão de processos estruturais	444
8.1	As inovações provenientes da experiência estadunidense.....	444
8.2	A introdução de processos estruturais no Brasil	445
8.3	A orientação de Barroso.....	446
8.3.1	A rejeição à emissão de provimento “satisfativo”	446
8.3.2	A convocação da comunidade e do Poder Público para a discussão.....	446
8.3.3	A fixação dos fins e a determinação da indicação dos meios.....	446
9	As implicações para o direito administrativo.....	446
	Referências	447

INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO TIPO PENAL DO ABORTO
NO CASO DE INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GESTAÇÃO NO PRIMEIRO
TRIMESTRE: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO HC Nº 124.306

Marina Bonatto, Melina Girardi Fachin	449
1 O contexto: o tema do aborto na região e o papel da jurisdição constitucional	449
2 O feito: HC nº 290.341/RJ e o voto do Ministro Luís Roberto Barroso.....	452
3 O fundamento: as violações de direitos das mulheres decorrentes da tipificação do aborto.....	453
4 Um caminho possível: a inconstitucionalidade da tipificação do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre.....	458
5 O legado: a importância do voto-vista do HC nº 124.306 da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso.....	460
Referências	461

O ESAZIAMENTO DE CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO
INFRALEGALISMO AUTORITÁRIO: O CASO DO CONANDA E A ADPF Nº 622

Oscar Vilhena Vieira, Ana Laura Pereira Barbosa	463
Introdução.....	463
1 Infralegalismo autoritário	464
2 As intervenções em colegiados	466
3 As modificações no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	471
4 A reação judicial	474
Conclusão.....	475
Referências	476

O STF E O DIREITO ADMINISTRATIVO DO CIDADÃO COMUM: O PODER DE
POLÍCIA DE TRÂNSITO NA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL

Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	479
1 Introdução: o direito administrativo se constitucionalizou e a Constituição precisa da Administração	479
2 O julgamento do RE nº 658.570: a pacificação judicial de uma movimentada controvérsia	480
2.1 Breve retrospectiva histórica da disputa	480
2.2 A construção da decisão colegiada e as premissas comuns das duas correntes de julgamento.....	483
3 A divergência majoritária à luz do direito administrativo contemporâneo	484
4 A jurisprudência entre permanência e inovação.....	487
Referências	488

BARROSO 10 ANOS: O FRASISTA, O PROFESSOR, O ADVOGADO, O JUIZ

Patrícia Perrone Campos Mello, Teresa Melo	491
Introdução.....	491
I Barroso 10 anos: o Frasista	492
II Barroso 10 anos: o Professor.....	493
III Barroso 10 anos: o Advogado	496
III.1 Vedação ao nepotismo (ADC nº 12, Rel. Min. Ayres Britto).....	496
III.2 Antecipação terapêutica do parto na hipótese de gravidez de feto anencefálico (ADPF nº 54, Rel. Min. Marco Aurélio).....	497
III.3 Reconhecimento de uniões homoafetivas como entidades familiares (ADPF nº 132, Rel. Min. Ayres Britto).....	498
IV Barroso 10 anos: o Ministro	498
IV.1 Direito das crianças adotadas à licença-maternidade equiparada à dos filhos biológicos (RE nº 778.889, Rel. Min. Luís Roberto Barroso)	499
IV.2 Direito das mulheres à interrupção voluntária da gestação em seu primeiro trimestre (HC nº 124.306, Red. Min. Luís Roberto Barroso).....	500
IV.3 Direito a uma educação plural inclusiva das pessoas LGBTQIA+ (ADPF nº 461, Rel. Min. Luís Roberto Barroso)	501
IV.4 Direitos dos negros a ações afirmativas em concursos públicos (ADC nº 41, Rel. Min. Luís Roberto Barroso)	501

IV.5	Direitos dos povos indígenas à vida, à saúde, ao território e à cultura durante a pandemia (ADPF nº 709 MC-Ref, Rel. Min. Luís Roberto Barroso)..	502
	Conclusão.....	504
	Referências	504

“GANHAMOS, MANÉ!”: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO COMO PERSONIFICAÇÃO DO ILUMINISMO E AFIRMAÇÃO DA RAZÃO

Pedro Rubim Borges Fortes	507	
1	Introdução.....	507
2	A trajetória de personificação dos valores do iluminismo	508
3	A defesa da interpretação constitucional como afirmação da razão.....	512
4	Considerações finais.....	514
	Referências	516

O PAPEL DO STF NA TUTELA DO FEDERALISMO FISCAL NO COMBATE À GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS

Ricardo Lodi Ribeiro	517	
1	Introdução	517
2	O federalismo fiscal brasileiro	517
3	Guerra fiscal entre os estados	522
4	Conclusão	525
	Referências	525

O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL: A GÊNESE DE UM DIREITO FUNDAMENTAL

Rodrigo Brandão	527	
1	Breves palavras sobre o homenageado.....	527
2	O artigo.....	529
3	A proteção à privacidade na Constituição de 1988: o otimismo frustrado	529
4	O início do reconhecimento doutrinário do direito fundamental à proteção de dados pessoais	531
5	Novas perspectivas na jurisprudência do STF	532
6	As fundamentalidades material e formal do direito fundamental à proteção de dados	535
	Referências	539

UMA IGUALDADE PARA VALER: A ATUAÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA PROMOÇÃO DA EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL A PARTIR DOS VOTOS NA ADC Nº 41 E DA CTA Nº 0600306-47

Adriana Cruz, Wallace Corbo	541	
	Introdução.....	541
1	Breves notas sobre o constitucionalismo da efetividade no pensamento de Luís Roberto Barroso: a proposta de uma Constituição para valer.....	543
2	Uma igualdade para valer (1): aprofundando o debate acerca das ações afirmativas a partir de uma perspectiva de efetividade da política pública de promoção da igualdade racial	545
3	Uma igualdade para valer (2): combate à discriminação racial indireta e promoção das candidaturas negras no plano eleitoral	549
	Conclusão.....	550
	Referências	551

PARTE III
HOMENAGENS DE SUA ASSESSORIA

COMBATE À DESINFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA A DEMOCRACIA: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Aline Osorio, Marco Antonio Martin Vargas, Tainah Rodrigues, Thiago Rondon	555	
	Introdução: o legado da inovação para a proteção do processo eleitoral.....	555

I	Fundamentos da atuação da Justiça Eleitoral no combate à desinformação	558
II	O Programa de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral: organização e iniciativas	560
II.1	Antecedentes do programa	560
II.2	O Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020.	561
II.3	O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral	564
	Conclusão.....	566
	Referências	567

O MINISTRO BARROSO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Ana Beatriz Robalinho	569
Introdução	569
1 A valorização da negociação coletiva (RE nº 590.415).....	570
2 Esclarecimentos quanto à jurisprudência trabalhista do STF (RE nº 589.998 e ADI nº 3.395).....	571
3 A constitucionalidade da terceirização da atividade-fim e suas repercussões (ADPF nº 324, RE nº 635.546 e ADC nº 48).....	574
4 O Supremo em matéria trabalhista e a Constituição viva	577
Referências	578

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E O VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO MI Nº 4.733 E NA ADI POR OMISSÃO Nº 26

Andre Luiz Silva Araujo, Carolina Luíza de Lacerda Abreu, João Costa-Neto, Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues	581
I Introdução. A questão submetida ao Supremo Tribunal Federal	581
II A questão submetida ao Tribunal	583
III A questão dogmática: a travessia do Rubicão	584
IV O pensamento do Ministro Luís Roberto Barroso, e seu reflexo no voto proferido	586
V Conclusão.....	589
Referências	590

POR UM DIREITO PENAL MENOS SELETIVO: MINISTRO BARROSO E DECISÕES FUNDAMENTAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONTRA A CORRUPÇÃO

Anthair Edgard Valente, Marcelo Costenaro Cavali	591
1 Introdução.....	591
2 Inexigibilidade de demonstração de ato de ofício para caracterização do delito de corrupção passiva.....	592
3 Possibilidade de imposição de medidas cautelares diversas da prisão a parlamentares.....	594
4 Desnecessidade de autorização da Assembleia Legislativa para processamento dos governadores	595
5 Conclusão.....	597
Referências	598

O PROFESSOR ENQUANTO MINISTRO: LUÍS ROBERTO BARROSO E O FORTALECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Beatriz Cunha	601
Introdução	601
1 Ampliação do atendimento escolar.....	602
2 Melhoria da qualidade da educação	604
3 Redução das desigualdades educacionais	606
4 Preparando para o futuro: em busca de uma sociedade mais inclusiva por meio da educação	608
Conclusão.....	612
Referências	613

Carina Lellis	615
1 Introdução.....	615
2 Descrição da ação.....	615
3 As medidas cautelares	617
4 O regime de transição para a retomada de desocupações coletivas	618
5 A Comissão de Conflitos Fundiários	619
6 O novo olhar para o direito à moradia no Brasil	620
7 Conclusão.....	622

O DIREITO À SAÚDE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO BARROSO

Caroline Somesom Tauk	623
Introdução	623
1 O giro empírico-pragmático nos litígios de saúde e as consequências das decisões	624
2 Medicamentos, deferência judicial e diálogo interinstitucional	628
3 Eficácia do medicamento à luz de evidências científicas e clínicas.....	631
Considerações finais.....	632
Referências	633

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: A RELEVÂNCIA COMO FUNDAMENTO ONTOLÓGICO DA ADPF

Ciro Grynberg	635
Introdução.....	635
Palavra ao homenageado.....	635
Apresentação do tema.....	635
I Metodologia.....	639
II ADPF: o objeto, os tipos, o parâmetro de controle e os requisitos da ação.....	640
II.1 O objeto da ADPF: controle de atos do Poder Público	640
II.2 Os tipos de ADPF: autônoma e incidental	643
II.3 O parâmetro de controle: o que é preceito fundamental	646
II.4 Os demais requisitos de cabimento da ADPF: a ofensa direta de preceito fundamental e a subsidiariedade	648
II.4.1 A ofensa direta de preceito fundamental.....	648
II.4.2 A inexistência de alternativa para tutela de preceito fundamental: subsidiariedade	650
III A jurisprudência do STF sobre ADPF: a incorporação de filtro de relevância..	654
Conclusão: o que pode ser objeto de controle e como se devem demonstrar os requisitos de admissibilidade da ação	657
Referências	658

MULTAS TRIBUTÁRIAS E LIMITES PARA RESTRIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES: CONTROLE JUDICIAL DA PROPORCIONALIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO DA SANÇÃO

Clara Moreira, Fernanda de Paula	661
1 Introdução.....	661
2 As espécies de multas tributárias e a gravidade das condutas relacionadas a estas.....	663
3 Multas moratórias: desestímulo ao atraso e menor gravidade da conduta, limites e gradação da sanção.....	665
3.1 Proporcionalidade em função da gravidade do ilícito: o estabelecimento de limite máximo de 20% do valor do débito para multas de natureza moratória	667
3.2 Dimensionamento da multa em função do tempo de mora: a necessidade de previsão de multas progressivas	668
4 Multa por descumprimento de obrigação acessória: o tributo como base de cálculo e o condicionamento entre as penalidades.....	669
4.1 Dificuldades impostas pelas obrigações acessórias e evolução jurisprudencial	670

4.2	Multa isolada: a sistematização das multas em matéria tributária	671
4.3	Multa isolada: direcionamento à atuação do legislador	673
5	Conclusão.....	674
	Referências	675

FIXAÇÃO DE TESES NO JULGAMENTO DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

Daniel de Oliveira Pontes	677	
1	Introdução.....	677
2	A valorização dos precedentes no direito brasileiro	677
3	As dificuldades no tratamento de precedentes no direito brasileiro	679
3.1	A questão de cultura jurídica.....	679
3.2	A eficácia do precedente.....	681
3.3	O problema do modelo da tomada de decisão das Cortes	682
4	A fixação de teses de julgamento no quadro da formação de precedentes	683
4.1	Conceitos ligados aos precedentes.....	683
4.2	A introdução da fixação de teses no Supremo Tribunal Federal.....	684
4.3	A inserção das teses em ações de controle concentrado	685
4.4	Riscos e desafios da fixação de tese em processos de controle concentrado	686
5	Conclusão.....	688
	Referências	688

BREVE NOTA SOBRE O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Eduardo Mendonça, Renata Saraiva, Thiago Magalhães Pires	691
---	-----

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

Inezil Penna Marinho Jr., Etiene Coelho Martins	695	
	Introdução.....	695
1	Foro por prerrogativa no Supremo Tribunal Federal: um sistema disfuncional	696
2	O novo contorno para o foro por prerrogativa de função no STF: a contribuição do Ministro Luís Roberto Barroso na AP nº 937-QO.....	698
3	Desdobramentos da tese firmada na AP nº 937-QO: foro por prerrogativa de função em caso de sucessão de mandatos de parlamentar federal	699
4	Foro por prerrogativa de função previsto fora da Constituição Federal.....	701
	Conclusão.....	705
	Referências	706

RELIGIÃO, PLURALISMO E LAICIDADE DO ESTADO: O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO E A LIBERDADE RELIGIOSA

Estêvão Gomes	709	
I	Introdução	709
II	Ensino religioso em escolas públicas (ADI nº 4.439)	711
III	Homeschooling (RE nº 888.815)	713
IV	Sacrifício de animais em religiões de matriz africana (RE nº 494.601).....	716
V	Vacinação obrigatória de crianças e adolescentes (ARE nº 1.267.879)	718
VI	Conclusão.....	719
	Referências	720

ADI Nº 5.583 E A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Flávia Martins de Carvalho	721	
1	Introdução.....	721
2	Síntese do caso.....	721
3	Principais teses apresentadas.....	722
4	O voto do Ministro Luís Roberto Barroso.....	723
4.1	Das despesas das pessoas com deficiência e dedução da base de cálculo do imposto de renda	725
4.2	Da alegada afronta às normas constitucionais	725
4.3	Da solução proposta.....	725

5	Impactos da decisão	726
6	Conclusão.....	726
	Referências	727

MINISTRO BARROSO E DESENHO INSTITUCIONAL DO STF

	Frederico Montedonio Rego	729
	Nota prévia	729
1	A revolução da brevidade	729
2	Circulação prévia dos votos	731
3	Votação de ementas e teses de repercussão geral	731
4	Antecedência das pautas e sessões de sustentação antes do julgamento.....	732
5	Divisão de competências entre o Plenário e as Turmas do STF	733
6	Ampliação do Plenário virtual.....	734
7	Alterações na repercussão geral	735
8	Reforço na colegialidade.....	738
9	Papéis institucionais do Supremo Tribunal Federal.....	738
	Conclusão.....	739
	Referências	739

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA ELEITORAL

	Jose Gilberto Scandiucci Filho	743
	Introdução.....	743
	Cooperação internacional e a imagem de integridade do sistema eleitoral	744
	Missões de observação eleitoral.....	745
	A batalha silenciosa pelos componentes eletrônicos da urna	748
	Considerações finais.....	750
	Referências	750

IGUALDADE DE GÊNERO NO DIREITO ELEITORAL: UM COMPROMISSO COM O EMPODERAMENTO FEMININO

	Júlia Rocha de Barcelos	751
1	Introdução.....	751
2	Expor a desigualdade.....	751
3	Interpretar o direito e assegurar a igualdade	753
3.1	Igualdade na disputa: recursos financeiros e tempo de rádio e TV	753
3.2	Garantia de recursos a candidaturas femininas: desvio como gasto ilícito de recursos	756
3.3	Candidaturas fictícias	757
4	Agir e promover a igualdade.....	759
5	Considerações finais.....	761
	Referências	761

UM DISCURSO SEDUTOR CONTRA MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: REPERCUSSÕES SOBRE A DESIGUALDADE E O ESTADO DE DIREITO

	Juliana Florentino de Moura	763
I	Introdução.....	763
II	Um discurso sedutor contra mudanças na Previdência Social	764
III	O que está por trás do discurso sedutor: a perpetuação da desigualdade.....	765
IV	O eco do discurso sedutor nos Tribunais e as repercussões para o Estado de direito	770
IV.1	Progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargo efetivo	772
IV.2	A nulidade das aposentadorias concedidas pelo RPPS com contagem recíproca de tempo prestado no RGPS sem contribuição.....	775
V	Conclusão.....	777
	Referências	778

PARTIDOS POLÍTICOS PARA UMA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA:
CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Lara Marina Ferreira, Roberta Maia Gresta	781
1 Introdução	781
2 Desafios do enfrentamento do tema partidário na democracia contemporânea.....	783
3 Não incidência do regime de fidelidade partidária ao sistema majoritário.....	784
4 Fidelidade partidária e movimentos suprapartidários	786
5 Federações partidárias	788
6 Outros destaques	790
7 Considerações finais.....	792
Referências	793

QUESTÕES RELEVANTES SOBRE A RECLAMAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Leonardo Cunha, Rafael Gaia Pepe	797
1 Nota prévia sobre o homenageado	797
2 Relevância do tema.....	797
3 Origem e evolução histórica.....	798
4 Natureza jurídica	800
5 As partes e sua legitimidade	802
6 Objeto.....	804
7 Decisão	806
8 Conclusão.....	808
Referências	808

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE RACIAL: UMA ANÁLISE DA ADC Nº 41 E DA CTA Nº 600306-47

Leila Correia Mascarenhas Barreto, Luísa Lacerda	811
Introdução.....	811
1 A centralidade das raças e o mito da democracia racial no Brasil.....	812
2 O princípio da igualdade e as ações afirmativas.....	814
3 O papel do Judiciário na promoção do princípio da igualdade	817
3.1 A política de cotas para negros em concurso público – ADC nº 41	818
3.2 O fomento às candidaturas de pessoas negras nas campanhas eleitorais - Cta nº 0600306-47	819
Conclusão.....	821
Referências	822

ADVOCACIA PÚBLICA, FEDERALISMO E DEVIDO PROCESSO LEGAL

Luis Felipe Sampaio	825
1 Ministro Barroso no STF: do conhecimento e experiência adquiridos em sua origem na Advocacia Pública aos dez anos de julgamentos sobre o tema.....	825
2 Breve análise de alguns julgados relativos à Advocacia Pública como função essencial à Justiça.....	826
3 Federalismo e devido processo legal	828
4 Considerações finais	833
Referências	833

TRIBUTAÇÃO E FENÔMENOS TECNOLÓGICOS: DESAFIOS DA ECONOMIA DIGITAL E JURISPRUDÊNCIA DA SUPREMA CORTE BRASILEIRA

Mario Augusto Carboni	835
1 Introdução.....	835
2 Contexto fático: tecnologia e economia digital.....	835
3 Desafios da tributação da renda no contexto da economia digital	838
4 A tributação do consumo e os fenômenos tecnológicos	843
5 Tributação de fenômenos tecnológicos e o Supremo Tribunal Federal: os <i>softwares</i> no âmbito da tributação incidente sobre o consumo.....	846
6 Conclusão.....	851
Referências	852

DISFUNÇÕES DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: O PAPEL DO JUDICIÁRIO
NA PROTEÇÃO DA SOBERANIA POPULAR

Marluce Fleury Flores	855
1 Introdução.....	855
2 O ativismo judicial na transformação do sistema político	857
2.1 Os casos emblemáticos em matéria de reforma eleitoral julgados pelo STF	859
3 A atuação do Tribunal Superior Eleitoral na reforma eleitoral	861
3.1 Propostas do grupo de trabalho (GT) sobre a reforma do sistema eleitoral.....	862
4 Conclusão.....	864
Referências	864

A FUNDAMENTALIDADE DO NÚCLEO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS:
UMA AFIRMAÇÃO DE GRANDE IMPACTO

Marcelo Leonardo Tavares, Odilon Romano Neto	867
1 Introdução.....	867
2 A afirmação.....	868
3 A dimensão fundamental da previdência e o valor moral da solidariedade	869
4 A dimensão contributiva da previdência e seu equilíbrio atuarial	870
5 A relação entre fraternidade, solidariedade e equilíbrio atuarial na estruturaração dos direitos previdenciários.....	873
6 Conclusão.....	876
Referências	876

PELA IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS: UMA BREVE ANÁLISE DA
CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO PARA A CORREÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCONSTITUCIONAIS

Simone Trento, Nina Pencak	879
1 Introdução: sobre o homenageado e a escolha do tema	879
2 RE nº 778.889: a equiparação entre a licença-gestante e a licença-adotante	880
3 RE nº 576.967 e ADI nº 5.422: o pioneirismo do Ministro Luís Roberto Barroso na análise dos efeitos tributários sobre a igualdade de gênero.....	883
3.1 O RE nº 576.967: a inconstitucionalidade da imposição de óbices ao acesso da mulher ao mercado de trabalho	884
3.2 ADI nº 5.422 e o imposto de renda sobre pensão alimentícia: uma questão de gênero	887
4 Considerações finais e conclusões.....	889
Referências	890

SOBRE OS AUTORES.....	891
-----------------------	-----

Ademar Borges

Doutor em Direito Público pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professor de Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.

Adriana Cruz

Doutora em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora de Direito Penal na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Juíza Federal no Rio de Janeiro.

Alexandre de Moraes

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor da USP e do Mackenzie.

Alexandre Santos de Aragão

Professor Titular de Direito Administrativo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Árbitro. Advogado.

Alice Voronoff

Doutora e Mestre em Direito Público pela UERJ. Procuradora do Estado. Advogada no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Sócia de Gustavo Binenbojm & Associados.

Aline Osorio

Professora de Direito Constitucional e Eleitoral do CEUB. Mestre em Direito Público pela UERJ. Mestre (LL.M.) pela Harvard Law School. Foi Secretária-Geral do TSE e Coordenadora do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (2020-2022).

Ana Beatriz Robalinho

Doutoranda (J.S.D.) e Mestre (LL.M.) pela Yale Law School. Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Graduada em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Advogada. Foi Assessora do Ministro Luís Roberto Barroso entre agosto de 2019 e agosto de 2021.

Ana Laura Pereira Barbosa

Doutoranda e Mestre (2020) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, com graduação pela mesma instituição. Pesquisadora do Supremo em Pauta da FGV Direito SP. *E-mail*: laura.barbosa@fgv.br.

Ana Paula de Barcellos

Professora Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ. Advogada e Parecerista.

Anderson Schreiber

Professor Titular de Direito Civil da UERJ. Professor da Fundação Getúlio Vargas. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado. Advogado.

André Cyrino

Professor Adjunto de Direito Administrativo da UERJ. Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ. LL.M. pela Yale Law School. Procurador do Estado. Advogado no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Sócio de Gustavo Binenbojm & Associados.

André Luiz de Almeida Mendonça

Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Andre Luiz Silva Araujo

Assessor do Ministro Luís Roberto Barroso desde 2013. Foi Assessor-Chefe da Assessoria Processual da Presidência do Supremo Tribunal Federal e Assessor dos Ministros Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Celso de Mello. Especialista em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Anthair Edgard Valente

Ex-Secretário-Geral do Supremo Tribunal Federal. Assessor de Ministro desde 1999. Pós-Graduado em Direito Constitucional. Representante do STF na delegação brasileira responsável pela defesa do relatório de avaliação do Brasil quanto à implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção – MESICIC, OEA, Washington-DC (Ofício OEA/2.2/52/12, de 12.06.12/GP).

Antonio do Passo Cabral

Professor Associado de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Processual pela UERJ, em cooperação com a Universidade de Munique, Alemanha (Ludwig-Maximilians-Universität). Mestre em Direito Público pela UERJ. Pós-Doutor na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor visitante nas Universidades de Passau (2015) e Kiel (2016 e 2017), Alemanha, e na Universidade Ritsumeikan, Japão (2018). Senior Lecturer na Peking University, China (2019 e 2021). Procurador da República e Ex-Juiz Federal.

Beatriz Cunha

Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Bruno Santos Cunha

Ph.D. Candidate, Federal University of Pernambuco; Visiting Scholar, The Ohio State University Moritz College of Law.

Carina Lellis

Mestre e Doutoranda em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. *Master of Laws* (LL.M.) pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard.

Carlos Ari Sundfeld

Professor Titular da FGV Direito-SP. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp.

Carlos Ayres Britto

Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Carmen Tiburcio

Professora Titular de Direito Internacional Privado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. LL.M. e S.J.D. pela University of Virginia School of Law, EUA. Advogada no Escritório Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça & Associados.

Carolina Luíza de Lacerda Abreu

Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Especialista em Sistema de Justiça Criminal pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal de março de 2007 a abril de 2012 e de agosto de 2013 a agosto de 2015. Foi Assessora Processual da Presidência do Supremo Tribunal Federal de abril de 2012 a novembro de 2012. Advogada integrante do Escritório Bulhões & Advogados.

Caroline Somesom Tauk

Juiza Federal no Rio de Janeiro. Ex-Juíza Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Mestre em Direito Público (UERJ). *Visiting Scholar* (Columbia Law School). Doutoranda (USP).

Christine Peter da Silva

Doutora e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora Associada do Mestrado e Doutorado em Direito das Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Ex-Secretária-Geral do TSE. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ciro Grynberg

Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Foi Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal e Subprocurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Clara Moreira

Mestre e Doutora em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Advogada. Foi Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Cláudia Beeck Moreira de Souza

Mestre e Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Centro de Estudos da Constituição – CCONS.

Clèmerson Merlin Clève

Prof. Titular Doutor das Faculdades de Direito da Universidade Federal do Paraná e do UniBrasil Centro Universitário.

Daniel Bógea

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Advogado.

Daniel de Oliveira Pontes

Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal (STF). Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

Daniel Sarmiento

Professor Titular de Direito Constitucional da UERJ. Advogado.

Danielle de Carvalho Pacheco de Melo

Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Eduardo Mendonça

Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado. Professor de Direito Constitucional do CEUB.

Estefânia Maria de Queiroz Barboza

Professora de Direito Constitucional dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná e do Centro Universitário Internacional. Mestre e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pesquisadora do Centro de Estudos da Constituição – CCONS. Copresidente da Associação Ítalo-Brasileira de Professores de Direito Administrativo e Constitucional – AIBDAC.

Estêvão Gomes

Doutorando em Direito do Estado pela USP. *Master of Laws* (LL.M.) pela Harvard Law School. Mestre em Direito Público pela UERJ. Advogado do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sócio do Escritório Gomes Braga Advocacia. Professor de Direito Administrativo do IDP. Ex-Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Etiene Coelho Martins

Juiz Federal e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal. Doutorando pela Universidade de Oxford. Mestre (LL.M.) pela Universidade de Harvard.

Felipe Romero

Mestre em Direito Público pela UERJ. Advogado.

Fernanda de Paula

Mestre em Direito, Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Flávia Martins de Carvalho

Juíza de Direito no Tribunal de Justiça de São Paulo. Juíza Auxiliar no STF. Doutoranda em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Flavia Piovesan

Procuradora do Estado de São Paulo. Professora Doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos da PUC-SP. Professora dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP. *Visiting Fellow* do Human Rights Program da Harvard Law School (1995 e 2000). *Visiting Fellow* do Centre for Brazilian Studies da University of Oxford (2005). *Visiting Fellow* do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg – 2007; 2008; 2015-2022). *Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow* no Max Planck Institute (Heidelberg – 2009-2014). *Lenman Visiting Scholar* do David Rockefeller Center for Latin America Studies da Harvard University (2018). Foi membro da UN High Level Task force for the implementation of the right to development e do OAS Working Group para o monitoramento do Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Foi membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018 a 2021) e Ex-Vice-Presidente da Comissão Interamericana (2020-2021). Em 2022 recebeu o *Georg Forster Humboldt Research Award*. É Coordenadora Científica da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte Interamericana no Conselho Nacional de Justiça (UMF/CNJ).

Frederico Montedonio Rego

Juiz Federal. Ex-Juiz Auxiliar e Magistrado Instrutor do Ministro Barroso no STF (2013-2017).

Gilmar Mendes

Doutor em Direito pela University of Münster, Alemanha. Presidente da Comissão de Acompanhamento do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP). Professor de Direito Constitucional dos cursos de Graduação, Pós-Graduação *lato sensu*, Mestrado e Doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento (IDP). Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Gustavo Binenbojm

Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ. *Master of Laws* (LL.M.) pela Yale Law School (EUA). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas – ABLJ.

Gustavo Buss

Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisador do Centro de Estudos da Constituição – CCONS.

Harold Hongju Koh

Sterling Professor of International Law and former Dean (2004-09), Yale Law School; Legal Adviser, US Department of State (2009-13); Assistant Secretary of State for Democracy, Human Rights and Labor, US Department of State (1998-2001).

Inezil Penna Marinho Jr.

Juiz Federal e Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Mestre em Argumentação Jurídica pela Universidade de Alicante (Espanha).

Jane Reis Gonçalves Pereira

Professora Associada de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Juíza Federal. Doutora em Direito Público pela UERJ. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio.

João Costa-Neto

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Professor Doutor na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Foi Juiz Auxiliar no gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso.

José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016).

Jose Gilberto Scandiucci Filho

Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Diplomata. Professor do Centro Universitário de Brasília (CEUB) e do Instituto Rio Branco.

José Vicente Santos de Mendonça

Professor de Direito Administrativo da UERJ. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. LL.M. por Harvard. Coordenador do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ. Procurador do Estado. Advogado.

Júlia Rocha de Barcelos

Consultora de Políticas Públicas. Mestra em Direito Político. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE). Cofundadora e Vice-Presidente da Associação Visibilidade Feminina. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Juliana Florentino de Moura

Doutoranda e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Assessora e Ex-Chefe de gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal.

Kassio Nunes Marques

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mestre em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa. Doutor em Administración, Hacienda y Justicia (*maxima cum laude*) pela Universidade de Salamanca e Pós-Doutor em Direitos Humanos pela mesma instituição. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Università Degli Studi di Messina.

Lara Marina Ferreira

Assessora da Escola Judiciária Eleitoral do TSE. Assessora da Presidência do TSE na gestão do Ministro Luís Roberto Barroso (2020-2022). Mestra em Direito pela UFMG. Especialista em Temas Filosóficos pela UFMG. Servidora do TRE-MG. Assessora Jurídica de Juiz-Membro do TRE-MG. Chefe da Seção de Pesquisa e Cidadania na Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG. Professora na Pós-Graduação Virtual PUC Minas em Direito Eleitoral. Integrante da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e da Associação Visibilidade Feminina.

Leila Correia Mascarenhas Barreto

Mestranda pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito Público. Assessora de Ministro do STF.

Leonardo Antoun

Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

Leonardo Cunha dos Santos

Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Município de Mesquita. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Luis Felipe Sampaio

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Assessor do Ministro Luís Roberto Barroso no STF. Ex-Corregedor-Chefe na Sefaz/RJ. Ex-Assessor Jurídico Especial na Sefaz-RJ (Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro) e na Setrans-RJ (Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro). Ex-Assessor Jurídico-Chefe da Seprocon-RJ (Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro). Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor em variados programas de Pós-Graduação em Direito Público.

Luísa Lacerda

Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assessora de Ministro do STF.

Luiz Edson Fachin

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP.

Luiz Fux

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Livre-Docente em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Marçal Justen Filho

Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Advogado. Árbitro. Parecerista.

Marcelo Costenaro Cavali

Juiz Federal. Professor de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo e da Universidade Nove de Julho. *Postdoctoral Researcher* na Harvard Law School. *Visiting Scholar* na Columbia Law School. Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências Jurídico-Econômicas na Universidade de Coimbra.

Marcelo Leonardo Tavares

Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Graduação e no Doutorado e Mestrado. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II), com Pós-Doutorado pela Université Lyon III e pela Université de Bordeaux/FR. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Atuou como magistrado instrutor criminal no gabinete do Ministro Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal em 2013/2014.

Marco Antonio Martin Vargas

Professor. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. Juiz do TJSP. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do TSE e membro do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (2020-2022).

Marco Aurélio Mello

Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1990 a 2021. Integrou o Tribunal Superior Eleitoral por diversas vezes, tendo-o presidido em três períodos. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho de 1981 a 1990. Foi Professor da Faculdade de Direito da UnB e da UniFMU. É Professor do CEUB.

Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera

Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Marina Bonatto

Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Centro de Estudos da Constituição da Universidade Federal do Paraná. Assessora de Juíza no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Mario Augusto Carboni

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (atual). Procurador da Fazenda Nacional. Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional (2020-2023). Docente no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa – IDP e na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Marluce Fleury Flores

Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Matheus de Souza Depieri

LL.M. Candidate, Cambridge University. Researcher, Center for Comparative Constitutional Law, University of Brasília.

Melina Girardi Fachin

Professora Associada dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra no Instituto de Direitos Humanos e Democracia (2019/2020). Doutora em Direito Constitucional, com ênfase em Direitos Humanos, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP.) *Visiting researcher* da Harvard Law School (2011). Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Autora de diversas obras e artigos na seara do Direito Constitucional e dos Direitos Humanos. Advogada sócia de Fachin Advogados Associados.

Nina Pencak

Doutoranda e Mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ. Sócia do Escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados. Secretária-Geral da Comissão de Assuntos Constitucionais da OAB/DF. Cofundadora do coletivo Elas Discutem. Foi Assessora do Ministro Luís Roberto Barroso no STF entre nov./2016 e jan./2022.

Odilon Romano Neto

Doutor e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Atuou como Juiz Auxiliar e como Magistrado Instrutor nos gabinetes do Ministro Roberto Barroso no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal em 2018/2019.

Oscar Vilhena Vieira

Pós-Doutor (2007) pela Universidade de Oxford. Doutor (1998) e Mestre (1991) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito (1995) pela Universidade Columbia. Professor e Diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito-SP). Fundador das organizações Conectas Direitos Humanos e Instituto Pro Bono de Advocacia de Interesse Público. *E-mail*: oscar.vilhena@fgv.br.

Patrícia Baptista

Professora Associada de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ. Doutora em Direito do Estado pela USP. Mestre em Direito Público pela UERJ. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

Patrícia Perrone Campos Mello

Professora Titular do Centro Universitário de Brasília – CEUB. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora e Mestre em Direito Público pela UERJ. Estudos Pós-Doutorais no Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Internacional (Alemanha) e na Harvard Kennedy School (EUA). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Paulo Barrozo

Professor na Boston College Law School.

Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues

Pós-Doutorando na Universidade de Coimbra. Juiz Federal Titular da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Pedro Rubim Borges Fortes

Doutor (*Doctor of Philosophy* – DPHIL) por Oxford. *Master of Juridical Sciences* (JSM) por Stanford. *Master of Laws* (LLM) por Harvard. Pós-Graduado em Meio Ambiente pelo COPPE/UFRJ. Professor. Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Rafael Gaia Pepe

Mestre em Direito Processual pela UERJ. *Master of Laws* pela Columbia University (Nova Iorque). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Ex-Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Ex-Procurador da Fazenda Nacional.

Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz

Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ. Advogado no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Sócio de Gustavo Binenbojm & Associados.

Renata Saraiva

Pós-Graduada em Direito Público pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Advogada. Ex-Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ricardo Lewandowski

Professor sênior da Universidade de São Paulo. Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.

Ricardo Lodi Ribeiro

Professor Associado de Direito Financeiro da UERJ. Advogado. Parecerista.

Richard Albert

Professor of World Constitutions and Director of Constitutional Studies, The University of Texas at Austin.

Roberta Maia Gresta

Secretária da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral. Assessora Especial da Presidência do TSE na gestão do Min. Luís Roberto Barroso (2020-2022). Assessora Jurídica na Vice-Presidência do TSE (2019-2020). Doutora em Direito pela UFMG. Mestra em Direito pela PUC-Minas. Analista Judiciária. Coordenadora da Pós-Graduação Virtual PUC Minas em Direito Eleitoral. Membro-Fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral (Abradep).

Roberto Gargarella

Advogado. Doutor em Direito e Graduado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. Doutor pela University of Chicago (EUA). Pós-Doutor no Balliol College em Oxford (Inglaterra). Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade de Buenos Aires.

Rodrigo Brandão

Professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro. Advogado.

Rosa M. Weber

Ministra-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Rosalie Silberman Abella

Samuel and Judith Pizar Visiting Professor. Harvard Law School and retired Justice of the Supreme Court of Canada.

Rosalind Dixon

Professora de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de New South Wales (Austrália).

Samuel Issacharoff

Reiss Professor of Constitutional Law, New York University School of Law.

Simone Trento

Juíza de Direito (TJPR). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. Especialista em Política Judiciária e Administração da Justiça pela PUCPR. Mestre e Doutora em Direito pela UFPR. Já atuou como Juíza Instrutora e como Juíza Auxiliar no STJ. Foi Juíza Auxiliar da Presidência do TSE e Ouvidora da Corte de 2020 a 2022, durante o exercício da Presidência pelo Ministro Luís Roberto Barroso. É Professora em cursos de Pós-Graduação em Direito.

Tainah Rodrigues

Servidora do Tribunal Superior Eleitoral. Membro do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (2020-2022).

Teresa Melo

Professora de Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Doutoranda e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Procuradora Federal. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Thiago Magalhães Pires

Mestre e Doutor em Direito Público pela UERJ. Advogado. Ex-Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Thiago Rondon

Especialista em Tecnologia e Democracia. Cofundador do Instituto Tecnologia & Equidade e fundador da *startup* AppCívico. Foi Coordenador Digital do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (2020-2022).

Victor Oliveira Fernandes

Doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Direito da Regulação e Concorrência dos cursos de Graduação, Pós-Graduação *lato sensu*, Mestrado e Doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento (IDP). Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Wallace Corbo

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.